

PROJETO DE LEI 2003

(Da Deputada Terezinha Fernandes)

PT-MA

Dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Goiás e Mato Grosso e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. As matas naturais constituídas de palmeiras de babaçu existentes nos estados do Maranhão, Piauí, Pará, Tocantins, Goiás e Mato Grosso são de usufruto comunitário das populações extrativistas que as exploram em regime de economia familiar.

Art.2º. Fica terminantemente proibida a derrubada de palmeiras de babaçu nos estados do Maranhão, Piauí, Pará, Tocantins, Goiás e Mato Grosso, excetuando as derrubadas realizadas:

- I - nas áreas destinadas a obras ou serviços de utilidade pública ou de interesse social declaradas pelo poder público; e
- II- com o propósito de estimular a reprodução das palmeiras, aumentar a produção do coco ou mesmo facilitar a sua coleta.

Parágrafo único. Independentemente de autorização do Poder Público, fica permitido a derrubada ou o desbaste de palmeiras de babaçu localizadas em imóvel explorado em regime de economia familiar.

Art. 3º. Nas propriedades em que se desenvolvem atividades agropecuárias, o desbaste do babaçuais poderá ser autorizado, mediante apresentação e aprovação de plano de manejo, obedecida as seguintes condições:

- I – sacrifício prioritariamente das palmeiras improdutivas;
- II – manutenção de espaçamento de 8 metros entre as palmeiras;
- III- proteção contra as queimadas das palmeiras remanescentes; e
- IV- proibição do uso de herbicidas no processo.

Parágrafo único. A aprovação do plano de manejo pelo órgão federal ficará condicionado a uma consulta prévia à comunidade de quebradeiras de coco, que pratica o extrativismo do babaçu na área em questão.

Art.4º. Fica proibida qualquer forma de coleta massiva de coco de babaçu, sobretudo aquelas que esteja em contrariedade com as práticas de coleta exercida pelas chamadas quebradeiras de coco babaçu.

Art. 5º. Compete ao Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal , por meio de seus órgãos, a execução e a fiscalização da presente lei.

Parágrafo único. Nas denúncias de derrubadas e desbastes das palmeiras de babaçu, os órgãos responsáveis deverão procurar prioritariamente os denunciante, a comunidade ou as organizações envolvidas.

Art.6º. O infrator da presente lei, independentemente de sanções civis, penais e administrativas previstas, incorrerá no pagamento de multa equivalente ao número de palmeiras derrubadas.

Parágrafo único. O valor da multa por palmeira derrubada será estabelecido e atualizado monetariamente pelo órgão ambiental federal, com base no tempo de produtividade da palmeira e no valor dos recursos perdidos, que deixaram de ser utilizados pelas famílias de quebradeiras de coco.

Art.7º. O produto de arrecadação das multas instituídas nesta lei será revertido para a recuperação de áreas e para políticas em favor das chamadas quebradeiras de coco babaçu, gerida por um fundo a ser criado por lei.

Art.8º.O Poder Público e suas autarquias ficam proibidos de conferir benefícios sob qualquer instrumento a infratores da presente lei, para tanto, devendo organizar uma relação desses infratores.

Art.9º. A União poderá desapropriar por interesse social as propriedades de pessoas físicas ou jurídicas que infringirem os preceitos da presente lei.

Art.10º. Os órgãos públicos referidos no artigo 4º. poderão celebrar convênios com órgãos públicos estaduais e municipais visando ao cumprimento desta lei.

Art.11º. Compete ao Poder Público promover processo de educação objetivando conscientizar as populações para a defesa e preservação dos babaçuais, podendo celebrar convênios com organizações da sociedade civil, respeitadas as realidades de cada região.

DEP. FED TEREZINHA FERNANDES

PT-MA

## **JUSTIFICAÇÃO**

Nos Estados do Maranhão, Piauí, Pará, Tocantins, Mato Grosso e Goiás aproximadamente 18 ( dezoito ) milhões de hectares de terra são cobertos por babaçuais, onde mais de 300 ( trezentas ) mil quebradeiras de coco desenvolvem em regime de economia familiar o extrativismo do babaçu. Trata-se de uma importante atividade econômica que assegura a sobrevivência de milhares de pessoas e se constitui em fator de desenvolvimento econômico e social das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A palmeira do coco do babaçu tem dezenas de utilidades e propicia a produção de uma grande variedade de produtos, tais como a palha utilizada na cobertura de habitações e na produção do cofo, do tiracolo, do quibano, do abano e de esteiras. O talo é utilizado na feitura de cercas. O palmito é importante alimento de animais e também da população. A amêndoa se constitui no principal produto e sustentação da economia familiar ao produzir leite, óleo, sabão, xampu, doces, farinha, sabonete e tantos outros subprodutos. Do mesocarpo se produz chocolate, bolos, mingaus e outros alimentos de alto teor protéico.

O babaçu oferece ainda a casca, que pode ser aproveitada como alimento de animais domésticos e utilizada em grande escala na produção de carvão para uso industrial, absorvendo significativa mão-de-obra.

Além de produzir esses e outros produtos, os babaçuais são indispensáveis para manter o equilíbrio da imensa área do território nacional abrangida pelos Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Mato Grosso e Goiás.

Assegurar, portanto, um instrumento legal para proteger os babaçuais reveste-se de grande importância por razões ambientais, econômicas e sociais, merecendo toda a atenção desta Câmara dos Deputados.